



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0201702-7

158

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: HEZEKIAS LEAL CAMPOS DE OLIVEIRA

PACIENTE: ANDRÉ AVELINO DA SILVA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: ELEONORA DE SOUZA LUNA

EMENTA: HABEAS CORPUS. DUPLO HOMICÍDIO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. RAZOABILIDADE. LIBERDADE PROVISÓRIA INDEFERIDA. PERICULOSIDADE EVIDENCIADA PELO MODUS OPERANDI. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA. ATRIBUTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. PRECEDENTES. ALEGAÇÃO DE INOCÊNCIA. NÃO CABIMENTO. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA.

1. O alegado excesso de prazo não se mostra evidenciado, tendo em vista que o feito tramita dentro dos parâmetros da razoabilidade.
2. A medida extrema tem lastro concreto na periculosidade do paciente, face ao *modus operandi*, suficiente para manter a prisão, para garantir a ordem pública e aplicação da lei penal, hipóteses elencadas no art. 312, do CPP, devendo, por isso, ser mantida.

3. Atributos pessoais são irrelevantes para ilidir a prisão cautelar quando presentes os requisitos para a decretação da custódia.
4. A alegada inocência não pode ser examinada na estreita via do *habeas corpus*, não sendo possível acurada análise do conjunto fático-probatório.
5. Ordem denegada. Unânime.

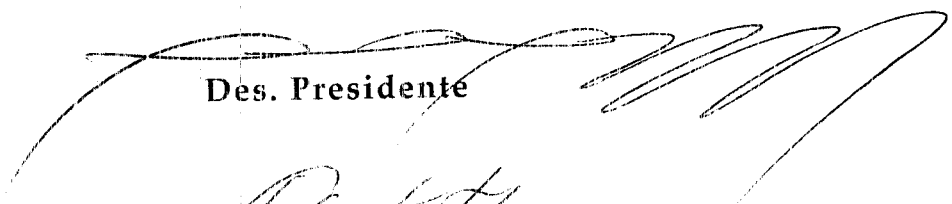


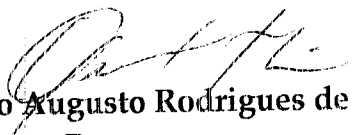
159

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* nº 201702-7 onde figura como paciente André Avelino da Silva, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **denegar a ordem de *habeas corpus* pleiteada**, nos termos do voto do Relator.

Recife, 15 de dezembro de 2009.


Des. Presidente


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
RELATOR



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0201702-7

160

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: HEZEKIAS LEAL CAMPOS DE OLIVEIRA

PACIENTE: ANDRÉ AVELINO DA SILVA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: ELEONORA DE SOUZA LUNA

RELATÓRIO

O Bel. Hezekias Leal Campos de Oliveira impetrou o presente *habeas corpus* em favor de ANDRÉ AVELINO DA SILVA, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes.

O impetrante aduz que o paciente encontra-se custodiado desde o dia 02/06/2009, acusado de participação do assassinato de Pedro Augusto Santiago do Nascimento e Douglas Martiniano da Silva.

Argumenta que a participação do paciente no evento criminoso e sua fuga do distrito da culpa não restaram comprovadas nos autos.

Alega que há excesso de prazo para o término do feito e que o paciente faz jus à concessão do benefício da liberdade provisória.

Requer, assim, que seja concedida a presente ordem para que seja restaurada a liberdade do paciente, fazendo-se expedir competente alvará de soltura.

161

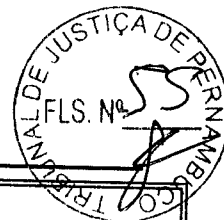
A autoridade apontada como coatora, solicitada a apresentar informações, relatou às fls. 37/38 com detalhes como se deu o curso do processo que tramita em desfavor do paciente, fazendo colacionar cópia de termo de declarações firmado por testemunha ocular do delito às fls. 39/40.

A douta Procuradoria de Justiça se manifestou pela denegação da ordem às fls. 45/47.

É O RELATÓRIO.

Recife, 15 de dezembro de 2009.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
RELATOR



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

162

PROCESSO Nº 0201702-7

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: HEZEKIAS LEAL CAMPOS DE OLIVEIRA

PACIENTE: ANDRÉ AVELINO DA SILVA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: ELEONORA DE SOUZA LUNA

V O T O

Conforme relatado, o impetrante pleiteia a restauração da liberdade do paciente alegando que o mesmo faz jus à concessão da liberdade provisória por presentes as condições pessoais favoráveis e em razão do excesso de prazo para a conclusão do feito. Demais disso, levanta a inocência do paciente.

Informa a autoridade impetrada que o paciente foi denunciado como incurso nos arts. 121, §2º, IV (duas vezes) c/c art. 29, do CP e art. 14 da Lei nº 10.826/03.

Infere-se, ainda, dos informes oficiais, que a denúncia foi regularmente recebida e o paciente foi citado para apresentar a defesa preliminar, tendo sido decretada a sua prisão preventiva.

Das informações acostadas aos autos e de consulta realizada no sítio eletrônico do Poder Judiciário de Pernambuco, chego à conclusão de que o pleito do impetrante não merece acolhida.

Verifico que o processo tramita dentro dos parâmetros da razoabilidade, levando-se em consideração que concluído o inquérito policial, a denúncia já foi oferecida e recebida, estando o feito no aguardo da apresentação de defesa preliminar.

163



Diante de tais fatos, não se cogita a existência alegado constrangimento ilegal em razão de eventual mora no andamento do feito, tendo em vista, ainda, que o procedimento nos crimes contra a vida se sujeita a um rito especial que reclama a satisfação de determinadas exigências.

No que concerne ao pedido de liberdade provisória formulado em favor do paciente, tenho que não há, *in casu*, como analisá-lo sob pena de supressão de instância, vez que não há qualquer referência, quer por parte da defesa, quer pela autoridade impetrada de que tal pleito chegou a ser aviado em 1º grau.

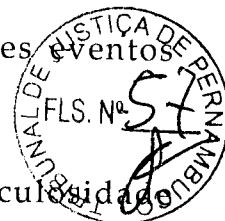
Demais disso, consoante entendimento das Cortes Superiores de Justiça, reiterado por este Tribunal de Justiça, por meio da Súmula 86, **"As condições pessoais favoráveis ao causado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva"**.

Quanto às considerações tecidas pelo impetrante sobre a alegada inocência do paciente, não há como analisá-las em sede de *habeas corpus*, uma vez que o remédio heróico não se presta ao exame das questões mérito que reclamam um revolvimento de matéria probatória, incabível no âmbito procedimental do *mandamus*.

Por derradeiro, examinado detidamente os fólios, é necessário frisar que a soltura do paciente não é recomendável. Ao paciente é imputada a prática de duplo homicídio, cujas características afrontam a ordem pública, provocando na população fundado temor,

ante a violência e agressividade comumente verificada nesses eventos delituosos.

164




A medida extrema tem lastro concreto na periculosidade do paciente, face ao *modus operandi*, suficiente para manter a prisão, para garantir a ordem pública e aplicação da lei penal, hipóteses elencadas no art. 312, do CPP, devendo, por isso, ser mantida.

Assim, demonstrada a necessidade e pertinência da custódia, satisfatoriamente fundamentada está a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, por presentes as hipóteses do art. 312, do CPP.

Por todo o exposto, em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, **voto pela denegação da ordem de *habeas corpus* pleiteada.**

É COMO VOTO.

Recife, 15 de dezembro de 2009.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator